

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1002541-47.2017.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Comum - Acidente de Trânsito
Requerente:	Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.
Requerido:	Rm da Cruz Transporte - Me

ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A. ajuizou ação contra **RM DA CRUZ TRANSPORTE - ME**, pedindo a condenação ao pagamento da importância de R\$ 11.163,00, correspondente à diferença entre o valor que desembolsou em favor de pessoa segurada e o valor apurado com a venda dos salvados, haja vista colisão ocorrida em rodovia, causada por preposto da ré, que conduzia um caminhão e, sem manter distância de segurança e velocidade adequada às condições do local, acarretou batida contra a traseira de um automóvel Volkswagen Fox, que foi projetado contra a traseira do veículo Ford Fiesta que seguia à frente, depois impulsionado contra a traseira do veículo Ford Fiorino, envolvendo, enfim, cinco veículos.

Citada, a ré contestou o pedido, afirmando que não deu causa ao acidente, havendo no mínimo culpa concorrente de outrem, e que o valor pleiteado é excessivo e não encontra amparo documental.

Manifestou-se a autora.

Determinou-se à autora prestar esclarecimento.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Dispensável a produção de outras provas, haja vista os termos da controvérsia.

Dispensável também dar vista à ré sobre o esclarecimento prestado pela autora a fls. 68/70, pois destinado apenas a resolver uma dúvida do juízo.

1002541-47.2017.8.26.0566 - lauda 1

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

A autora tinha contrato de seguro com Deivany Ferreira Lima, tendo por objeto o automóvel GM Classic, placas ETV-0836 (fls. 13).

Houve colisão múltipla no dia 1º de novembro de 2016, causada pelo caminhão placas BWK-5390, o primeiro a colidir, atingindo a traseira do Ford Fiesta, que foi projetado à frente, atingindo outro, e assim sucessivamente, envolvendo cinco veículos, dentre eles o segurado (fls. 21).

A ré não nega que seu veículo foi o primeiro a colidir e afirma que seu condutor foi surpreendido pela frenagem do automóvel VW Fox e que não teve tempo hábil para evitar o acidente, pois o caminhão é pesado. Disse, também, que o trânsito era intenso e que havia congestionamento, com pequena distância entre os veículos, não se podendo atribuir culpa a qualquer dos motoristas, havendo no mínimo culpa concorrente (fls. 49).

Não vinga a tese, com a devida vênia.

A circunstância de o trânsito ser intenso não desobriga os motoristas de respeitarem regra básica, de manutenção de distância de segurança com o veículo que segue logo à frente. Note-se não haver alegação da ré, de que outro veículo tenha repentinamente ocupado o espaço entre o caminhão e o automóvel da frente. Note-se, também, que a circunstância de ser um veículo pesado, mais ainda determinava cautela ao motorista, tanto no tocante à velocidade imprimida quanto à distância de segurança, pois não chega a ser surpresa a necessidade de frenagem para estancar o veículo no caso de qualquer manobra realizada pelo motorista que segue à frente.

Nem se cogita de culpa concorrente, pois a necessidade de frenagem do veículo da frente de modo algum deveria surpreender quem trafegava logo, ainda mais na circunstância de um congestionamento.

Muito menos há dificuldade para definir o culpado no caso concreto, pois todos os veículos que seguiam logo à frente pararam normalmente, exceto o caminhão. Portanto, desde o primeiro automóvel até o último que seguia logo à frente do caminhão, todos os motoristas conseguiram realizar a manobra exigida, pois acionaram o freio e nada houve. O motorista do caminhão, no entanto, não conseguiu parar, o que determina a conclusão óbvia de que ou não mantinha distância de segurança, ou não imprimia velocidade compatível com as circunstâncias ou ambas as hipóteses.

Em princípio, em caso de engavetamento de veículos, o primeiro a colidir é o responsável pelo evento (RT, 508/90). Essa afirmação é válida para o caso em exame, em que havia um congestionamento de trânsito na rodovia e o preposto da ré, dirigindo sem atenção, colidiu com a traseira do último veículo parado, provocando sucessivas colisões. Se o proprietário do primeiro veículo movesse ação contra o segundo, por ter sido diretamente atingido por ele, o proprietário deste poderia defender-se alegando fato de terceiro equiparável ao fortuito, por ter sido um mero instrumento (ou projétil) da ação culposa e decisiva de terceira (cf. JTACSP, Revista dos Tribunais, 102/171) (v. Carlos Roberto Gonçalves, Responsabilidade Civil, Ed. Saraiva, 10ª ed., pág. 890).

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Informou-se a fls. 28 que o valor de mercado do veículo era R\$ 19.401,00. O custo dos reparos foi orçado em R\$ 12.726,86 (fls. 27). Os salvados foram vendidos por R\$ 8.500,00 (fls. 34). O saldo seria R\$ 10.901,00, não os R\$ 11.163,00 (fls. 3). Cabe, portanto, esse reparo.

Consoante o entendimento jurisprudencial do STJ, na ação de reparação de danos ajuizada por seguradora contra o causador do sinistro os juros de mora devem fluir a partir da data do efetivo desembolso, e não da citação (AgRg no REsp 1.249.909/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, julgado em 19/2/2013, DJe 22/2/2013).

Seria a data do evento danoso, consoante prescreve a Súmula 54 do STJ. Sucede que o prejuízo, para a Companhia Seguradora, se compatibiliza com a data do desembolso da verba indenizatória em favor do segurado.

Confirmam-se precedentes do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

“Embargos de Declaração Alegação de erro material do v. acórdão. Ocorrência. Embargos acolhidos, com excepcional efeito infringente, única e exclusivamente para alterar a redação do dispositivo da decisão, no que tange ao termo inicial da incidência dos juros de mora. Indenização deverá ser corrigida a partir da data do efetivo desembolso pela autora e acrescida de juros de mora, também contados a partir do desembolso Precedentes do C. STJ Recurso provido” ” (Embargos de Declaração nº 0021272-71.2012.8.26.0344/50000, 29ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Themístocles NETO BARBOSA FERREIRA, j. em 24/08/2016).

“Acidente automobilístico. Ação regressiva de indenização securitária. Culpa da condutora ré evidenciada. Procedência da ação autorizada. Correção monetária e juros de mora devidos, contudo, apenas a partir do desembolso. Recurso parcialmente provido” ” (Apelação nº 1002022-32.2015.8.26.0408, 36ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. ARANTES THEODORO, j. em 29/09/2016).

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno a ré a pagar para a autora a importância de R\$ 10.901,00, com correção monetária e juros moratórios desde a data do desembolso. Acresço à responsabilidade o valor das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 30 de maio de 2017.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA